ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 40 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I40.17875

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

TERRA DESBRAVADA, TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Entrevista com Bernardo Mançano Fernandes[1]

ANA CRISTINA DA SILVA

Universidade Federal de Goiás (UFG)

1 Entrevista concedida a Silva (2010) como parte das fontes de pesquisa para a tese de doutorado: *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI – o território na trama das significações imaginárias*.

Bernardo Mançano Fernandes graduou-se em Geografia, licenciatura e bacharelado, em 1988; concluiu o mestrado em Geografia, em 1994, e o doutorado na mesma área, em 1999, pela Universidade de São Paulo [USP]. Tem pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin American and Caribbean University of South Florida, em 2008. É professor livre-docente pela Unesp, em 2013. É professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *Campus* de Presidente Prudente. É professor do Programa de Pós-Gradução em Desenvolvimento Territorial na América Latina e no Caribe – Territorial, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI/Unesp, *Campus* de São Paulo. Foi professor visitante na Universidade de São Paulo (USP) Leste; na Universidade Federal de Sergipe; na Universidade Federal da Paraíba; na Universidad Andina Simón Bolivar, no Equador; na Univesidad Nacional de Córdoba, na Universidad Nacional de La Plata, na Argentina; na Universidad Nacional de Santiago del Estero, na Universidad de La República, no Uruguai; na Universidad Academia del Humanismo Cristiano, no Chile; na Universidad del Caldas, na Colômbia; na Stanford University, nos Estados Unidos, International Institute of Social Studies (HOL), da School of Geography and Planning – Cardiff University (UK) e University of Oregon, nos Estados Unidos. É coordenador da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territoril, onde preside a coleção Vozes do Campo e a de Estudos Camponeses e Mudança Agrária, publicadas pela Editora da Unesp. É coordenador da Coleção En Movimiento – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacsco). É parecerista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), SciELO – Scientific Electronic Library Online e dos seguintes periódicos: *Human Geography* (EUA), *Jornal of Peasants Studies* (Holanda), *Revista Terra Livre* e *Revista NERA* (Brasil), *Cómo Pensar la Geografia* (México). É pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera) e da Rede Dataluta. É membro do Conselho Pedagógico Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Bernardo Mançano Fernandes me recebeu para esta entrevista, no dia 20 de maio de 2008, na Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), na Unesp, em Presidente Prudente. Naquela época, final da primeira década do século XXI, ele já havia lançado a proposição sobre a tipologia dos movimentos sociais, “movimentos socioespaciais” e “movimentos socioterritoriais”, pondo-a em debate nas aulas de sua disciplina: Teorias e concepções de território, na Pós-Graduação, como também nos eventos e fóruns de debate dos quais participava.

Decorridos pouco mais de quinze anos, julgou-se que esta entrevista tem relevância para a história contemporânea do pensamento geográfico brasileiro, como parte da história (intelectual e das ideias) da Geografia que se está a fazer no tempo presente.

ACS – *Merleau-Ponty [2004, p. 136] disse no ensaio “A dúvida de Cézanne”: “É certo que a vida não explica a obra, mas é certo também que elas se comunicam. A verdade*

é que essa obra por fazer exigia essa vida". Bernardo, seria essa uma boa provocação para que nos falasse de sua vida, formação e produção intelectual?

BMF – Ana, você está me fazendo pensar essa relação, como a pesquisa e a ciência mudaram a minha vida. Porque elas acabaram ocupando a maior parte do meu tempo e uma parte considerável do espaço em que vivo, considerando até mesmo a biblioteca que tenho. Considerando também o uso do "meu espaço" no processo de produção do conhecimento. Acho que isso aconteceu já na graduação, o interesse pelo conhecimento científico, a partir do momento em que comecei a me interessar e a me dedicar a esse processo, na graduação. Acho que, lá pelo terceiro ou quarto ano da minha graduação, eu já estava muito envolvido. Tanto é que tenho duas publicações de livretos sobre as ocupações de terras realizadas pelo MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra], nos municípios de Sumaré e Porto Feliz, em São Paulo, já na graduação. E isso exigiu uma dedicação de um tempo muito grande. Desde esse momento até agora, houve um crescimento no sentido de me dedicar cada vez mais a esse processo, a ponto de chegar à saturação, ou seja, o momento em que você percebe que seu trabalho, como pesquisador, está lhe tomando quase que a totalidade do seu tempo. A minha vida e a minha obra estão muito próximas, ou seja, a obra está se tornando a minha vida. Não estou gostando dessa experiência, porque uma obra é parte da vida, não pode ser "toda a vida". Nesse sentido, há uma comunicação, uma interação muito grande. Sempre me preocupei em conseguir tempo para estudar. Essa foi sempre uma preocupação que eu tinha, pelo fato de ter feito a graduação trabalhando, aquela necessidade de ter tempo para estudar. Hoje tento imaginar, conseguir tempo para não estudar, para não estar trabalhando. Desde a graduação, passando pelo mestrado, até chegar ao doutorado, fui vivendo uma experiência em que a minha obra foi me envolvendo e desenvolvendo, ao ponto de, hoje, eu querer me tornar um pouco independente desse processo. A vida e a obra são processos inseparáveis, mas precisam de espaços e tempos próprios para que haja vida e obra.

ACS – *Você localiza na graduação o encontro com essa temática, com os movimentos sociais na Geografia? Tem alguma relação com sua origem social, familiar, onde você nasceu? Estava de alguma forma presente nas suas "raízes", na sua origem social?*

BMF – Estava. O meu pai era camponês. Nasci no município de Neves Paulista, num sítio, uma propriedade de quinze hectares que pertencia à família. Depois perdemos e migramos para São Paulo. A questão agrária sempre foi recorrente, de maneira que, quando entrei na Universidade, procurei evitá-la, tanto é que a minha primeira bolsa de iniciação científica foi em geomorfologia, com a professora Lilian Coltrinari. Procurei evitá-la, mas a curiosidade e o interesse para tentar entender a própria questão agrária me aproximaram novamente do tema e acabei abandonando a geomorfologia para trabalhar com a geografia agrária, inspirado pelos livros e aulas do Ariovaldo [Umbelino de Oliveira]. Havia essa atração e o querer compreender a razão de minha própria origem, da migração, do êxodo rural. Ao mesmo tempo estava querendo entender isso, eu via pessoas lutando pela terra. Essa relação sempre me despertou a atenção.

ACS – *Bernardo, o que se constata, olhando de forma mais geral a sua produção, é que você é um dos poucos pesquisadores que têm feito esse vínculo entre movimento social, no caso o MST, com o território. Essa é uma singularidade do seu trabalho no âmbito do pensamento geográfico brasileiro. Estamos pressupondo que há um pensamento geográfico brasileiro, entendendo pensamento como um conjunto de ideias produzidas por uma coletividade, no sentido mais sociológico do termo. Você concorda que há uma geografia brasileira, um pensamento geográfico brasileiro?*

BMF – Concordo. Ministro a disciplina Pensamento Geográfico, e a necessidade que tenho sentido, para compreender melhor a história da Geografia, é estudar também geógrafos brasileiros. Porque predominam, nos programas dessa disciplina, os geógrafos franceses, alemães e ingleses. Não consigo explicar a história do pensamento geográfico e, principalmente, a realidade atual sem me referir ao pensamento geográfico brasileiro, ou seja, não consigo trabalhar com a geografia brasileira sem contar, predominantemente, com o pensamento geográfico e a geografia brasileira, com a ciência geográfica do Brasil.

ACS – *Você percebe um distanciamento ou uma aproximação com a cultura brasileira? Como você vê esse pensamento geográfico em relação à nossa cultura? Quando você fala das dificuldades da disciplina, por que se estudam mais autores estrangeiros, em que medida esse pensamento, que aqui se produz, dá conta da especificidade da cultura brasileira?*

BMF – Acho que há tendências da geografia brasileira, pesquisadores. Não vou fazer a relação entre a teoria e a cultura, mas sim entre a teoria e a realidade. Acho que há pesquisadores que se dedicam muito mais ao entendimento da realidade e à aproximação com a cultura, uma interação entre ciência e sociedade, e há pesquisadores que vivem, por sua própria produção intelectual, um distanciamento entre ciência e sociedade, produzindo mais uma "ciência acadêmica". Teria de distinguir o que chamo de "ciência acadêmica", aquele saber que você lê e tem uma dificuldade enorme de associar, de fazer relação com a realidade. Eu vivia muito esse problema na minha graduação e aí comecei a perceber que me identificava com alguns autores, alguns geógrafos e geógrafas, exatamente porque a "leitura" deles me aproximava da realidade. Esses eu denomino produtores da ciência acadêmica, sem aspas. Vejo que na geografia brasileira temos geógrafos que dialogam com a realidade e há geógrafos que não têm esse diálogo com a realidade. Eles tentam explicar a realidade num nível acadêmico, metafísico. Entendo que o conhecimento acadêmico pode ser "complexo e confuso", ou "complexo e compreensível", no sentido da relação entre os conceitos e os objetos de maneira mais clara, de entender e interagir com a realidade. Mas há acadêmicos em que é necessário entrar nos meandros do pensamento deles para fazer essa interpretação. Vejo uma parte da geografia brasileira muito próxima da realidade, portanto da cultura, interpretando, dialogando, desconstruindo; e outra distante, numa postura prepotente, pedante, às vezes, de querer ser superior, ter um distanciamento do objeto que essas próprias pessoas defendem. "Olha, você precisa se distanciar." Eu me lembro que, quando fazia

o mestrado, algumas pessoas diziam: “Olha, você se aproxima demais, você está envolvido demais com seu objeto, tem de se distanciar”. E eu falava: “Não, eu não quero me distanciar, quero dialogar, preciso dialogar com esse objeto”. É essa postura do diálogo que explica melhor e não a do distanciamento. Porque você vê autores de todas as correntes teóricas que têm essa posição, desde o positivismo, o materialismo, a fenomenologia. Você vê que há distanciamento e diálogo. Além de ser uma questão de método e teoria, é também uma questão de opção política, de produção do conhecimento. Os pesquisadores dialogam e se distanciam pelo método e pela teoria a partir da opção política que fazem. Todavia, algumas vezes, o distanciamento não permite que os pesquisadores ouçam as vozes da realidade.

ACS – *A partir disso que você está falando, me lembrei daquela distinção que o professor Milton Santos fez entre o pesquisador e o intelectual. Você concordaria com esta distinção, que nem todo pesquisador é intelectual?*

BMF – Não. Acho difícil. Acho muito difícil separar o pesquisador do intelectual, porque ambos formam o pensador. Como afirmei, anteriormente, os pensadores têm de dialogar com a realidade e o distanciamento não contribui. Milton Santos estava muito próximo da realidade, dialogava com ela e nos ajudou a fazer leituras geográficas singulares. Mas eu recordo que havia uma diferença entre nós que consolida a relação pesquisador-intelectual na formação do pensador, que nos instigava muito. Fui muito amigo do Milton Santos. Fui aluno dele por três vezes. Eu o levava para casa depois das aulas, porque ele não dirigia. Fui à casa do Milton Santos por várias vezes, conversei muito com ele, principalmente nos anos 1986, 1987 e 1988, quando terminei a graduação, e depois em 1989, na pós-graduação. Conversávamos sobre a construção do pensamento geográfico, tanto que insisti para publicar seu artigo “Por uma filosofia da geografia”, apresentado no Encontro Nacional de Geógrafos de Porto Alegre. Ele resistiu, mas consegui convencê-lo e publiquei quando fui editor, pela primeira vez, da *Revista Terra Livre*. Este artigo está no número 5 da *Revista Terra Livre*. É um artigo muito importante e um dia pretendo retomá-lo. Ele me convidava para ir a alguns lançamentos de livros de seus amigos e falávamos sobre o pesquisador, o intelectual e o militante. Nesse tempo, conversávamos sobre minha pesquisa e militância. Eu era muito influenciado pelo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que é um pesquisador militante. Naquela época, eu era um aprendiz de pesquisa militante. Ele achava estranho [Milton Santos], porque nunca viveu essa experiência, mas dialogava, me ouvia e questionava e eu o questionava. O professor Milton Santos sempre foi muito questionado, porque tinha uma postura de distanciamento das organizações, “mas não da realidade”, quero frisar isso. Uma postura muito interessante. Você lê a obra dele e o ouve falar. Ele sempre foi uma pessoa muito próxima da realidade, por exemplo, em *Por uma outra globalização*, em que defende uma globalização solidária. No *Roda Viva* [programa de debates da rede de TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta, em São Paulo, Brasil], ele foi muito questionado, porque me lembro que ele falava assim: “A transformação virá das pessoas pobres, virá de baixo. Não é de cima, do capital, não é do governo, será do povo, virá lá de baixo”.

E os entrevistadores indagavam: “Explica isso, e tal”. Ele tinha uma dificuldade enorme de explicar isso, embora defendesse isso. Na minha compreensão faltava um pouco de militância na pesquisa de Milton Santos. Porque ele foi muito convidado a participar do movimento negro, foi muito convidado por vários movimentos, inclusive pelo MST, que tem Milton Santos como referência ao lado de Florestan Fernandes e Paulo Freire, mas ele sempre teve uma postura de recusa. Ele foi sempre um acadêmico que acreditava no sujeito, mas não se aproximava do sujeito. Acho que o ritmo da vida dele – a forma com que se envolveu com a academia francesa – talvez tenha tido alguma influência nesse processo. Quando conversávamos sobre pesquisa e militância, ele ficava pensando e levantava muitas questões. Recentemente fiquei muito contente ao ver que ele comentou isso numa entrevista ao professor Scarim, quando este fazia sua dissertação de mestrado. Vejo no Milton Santos uma posição um pouco contraditória, ou seja, era um homem que tinha uma “leitura” do povo, mas não se aproximava do povo. Esta contradição aparece, por exemplo, no livro de entrevistas com ele, organizado pela professora Odete Seabra, no qual ele defende o MST e diz que o MST condena as pessoas a viver no campo. Eu me lembro de um caso: um dia eu estava voltando de uma pesquisa de campo em Sumaré, no Estado de São Paulo, e havia entrevistado João Calixto, um negro que para mim era sósia do Milton Santos. Cheguei à lanchonete da Faculdade de Filosofia da USP [Universidade de São Paulo], no prédio da Geografia, entrei, vejo o Milton Santos lá, tomando café, e falei: “Professor, o senhor sabe que eu conheci um homem muito parecido com o senhor, que tem as ideias semelhantes às do senhor”. Veja, eu era aluno de graduação, estava no segundo ou terceiro ano. Ele falou: “Mas que homem?” Eu falei: “Um sem-terra”. Acho que ele falou assim: “Você está me confundindo”. Falei de minha entrevista com João Calixto, ele me ouviu, olhou para mim, pôs a mão em meu ombro, e falou: “Bernardo, eu fico tão feliz que você me compare com um ‘homem comum’”! Foram estas as palavras que ele disse. E eu falei, pensei: “Gente, qual é a desse cara? Quem é ele? Ele por acaso não é um homem comum”? Foram necessários vários anos para eu compreender essa frase! Eu sei, hoje, a diferença entre um intelectual e um homem comum! Sei muito bem a diferença! Agora, ele, quando falou isso, tinha ficado contente por eu ter visto nele a figura de um homem comum. Ele “se via” no povo. Você entende? Aquilo para mim foi muito rico, ou seja, ele era um homem comum também. A sabedoria que ele e os sem-terra me passavam me alimentava no processo do conhecimento. Foi ele que me mostrou: “Olha, isso é bom, isso é comum”. Entende? Ele não teve uma postura arrogante. Isso foi muito digno. Mas discordo dele, acho que o pesquisador e o intelectual podem ser a mesma pessoa e acho muito difícil que não seja, porque ele era um pesquisador e um intelectual e foi um dos maiores militantes da Geografia.

ACS – *Como você definiria a Geografia? O que é a Geografia hoje para você?*

BMF – Olha, a Geografia é uma ciência, ponto de partida. É uma ciência que vive um momento de desafios no sentido de uma construção teórica, de uma teoria própria. Nesse sentido, Milton Santos e o meu orientador, o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], são

pessoas que indico como batalhadores da construção de um conhecimento original. A Geografia é uma ciência que, desde o século XIX, tem construído a sua epistemologia, sua filosofia, mas ainda vive um estágio de carência muito grande. Fico muitas vezes observando alguns geógrafos, como quando vou – principalmente na geografia agrária, que é a área que mais atuo – participar de algum evento, quando leio um livro, um texto, um artigo, a dependência teórica é muito grande. O diálogo com outras ciências é para mim fundamental e acho que disso ninguém discorda. Mas esse diálogo tem de ocorrer de uma forma equitativa, contribuindo com o desenvolvimento da outra ciência e recebendo a contribuição do conhecimento produzido por outra ciência. Vejo a Geografia como uma ciência ainda jovem, com um futuro enorme pela frente e nós com um desafio em contribuir com a construção desse conhecimento.

ACS – *Você acha que há algo que se reconheça como sendo "geográfico"? Existe uma forma geográfica de olhar o mundo atual?*

BMF – Existem os métodos geográficos. Estou convencido de que temos teorias geográficas, temos uma metodologia geográfica.

ACS – *Bernardo, de tudo que disse sobre haver um pensamento, uma teoria, um método geográfico, uma forma de "leitura" da realidade, como você vê o papel da Geografia no mundo atual?*

BMF – Reconheço e aprendi estudando não só geógrafos para entender que a Geografia é uma ciência. A Geografia como ciência, a teoria ou as teorias geográficas, o diálogo com as teorias sociológicas, econômicas, da história, da Antropologia, o método geográfico e seu diálogo com outros métodos e metodologias, os procedimentos, as formas, as práticas. Tudo isso é tão objetivo para mim que procurei, na minha produção, fazer um trabalho sobre os movimentos sociais a partir de um método geográfico. Meu investimento, quando comecei a me interessar pelo tema dos movimentos sociais, foi de fazer uma "leitura" desse objeto a partir de um método geográfico. E tudo que li e aprendi na construção do conhecimento geográfico foi na tentativa de entender os espaços e os territórios produzidos por esses movimentos, que é um processo que ainda estou desenvolvendo. Ah! Grande parte. E aí, Ana, o que sinto é uma insuficiência por parte da própria ciência geográfica de dar elementos para essa "leitura geográfica". Porque fico imaginando o seguinte, minha compreensão é a seguinte, os movimentos sociais começam a ser estudados principalmente a partir do século XIX. A Revolução Industrial promoveu a ascensão dos sindicados, os movimentos sociais começam a crescer no campo e na cidade. Mas a Geografia vai se preocupar de fato com este sujeito a partir do final do século XX, com a ressalva de Manoel Correia de Andrade, que, na década de 1960, estudou as Ligas Camponesas. Considero que a *Antropogeografia*, de Ratzel, é uma iniciação ao processo, mas é um elo perdido. Uma Geografia que vê o homem como o principal sujeito da ação no processo de transformação do espaço e do território é muito recente, é pós-Segunda Guerra [mundial]. Nesse caso a Sociologia, a Antropologia e a

História avançaram muito mais do que nós. E aí a influência de métodos de outras áreas do conhecimento na "leitura" do objeto. Portanto, a partir do momento em que você quer desenvolver uma "leitura geográfica", você não tem conceitos geográficos, não tem experiências para ler essa realidade, de maneira que precisa fazer um esforço enorme para poder fazer uma interpretação geográfica do objeto e não uma interpretação sociológica, uma interpretação econômica. Ao mesmo tempo que estou tentando ver, ler, interpretar, compreender o objeto para explicá-lo desde o ponto de vista geográfico, eu preciso, dentro da ciência geográfica, construir as condições para isso. Por quê? Porque a maior parte dos geógrafos usa o conceito de movimento social, que é um conceito sociológico. Como eu entendo os lugares, espaços e territórios produzidos pelos movimentos sociais? O conceito sociológico me ajuda? Sim, mas muito parcialmente. Para entender o movimento social a partir de uma "leitura geográfica", criei o conceito de movimento socioterritorial. Você pode dizer o seguinte: "Mas eu posso utilizar o conceito de movimento social e estudar o território que ele produz. Nada impede". De fato, nada impede. Agora, faça isso e me mostre. Porque eu não conheci, ainda, na geografia brasileira, nem na geografia de outros países que conheço, um trabalho sobre movimentos sociais que não seja definido pela matriz sociológica e ultrapasse a barreira da relação e da forma. É isso, muitos geógrafos se limitam às formas e relações e não chegam até o espaço e o território. O meu desafio é o seguinte: "Como é que eu faço esse trabalho definindo por uma matriz geográfica?" Essa é uma perspectiva que estou tentando construir. A necessidade de construir essa "leitura geográfica" do objeto que estou trabalhando me coloca numa situação muito difícil, porque preciso estudar a ciência geográfica e dialogar com outras áreas do conhecimento para ter certeza de que estou indo pelo caminho certo. E, às vezes, eu erro também, me equivoco, faço afirmações que depois vejo que generalizei demais, havia um exemplo que acabei generalizando e não é tão simples quanto eu pensava. Nesse sentido, é necessária a construção de um método geográfico a partir, principalmente, dos movimentos camponeses, da "leitura" desse método e da ação desses movimentos na realidade do campo, e ver como a ciência econômica, social e antropológica estão utilizando cada vez mais conceitos geográficos para fazerem suas leituras. No momento, estou vivenciando uma experiência riquíssima visitando países da Europa, todo o continente americano, estudando movimentos camponeses vinculados à Via Campesina, dialogando com geógrafos e sociólogos, antropólogos, historiadores e economistas. Vejo que há dificuldades de entender o processo de produção do espaço. Quando compreendem que o espaço é apenas superfície, uma área delimitada. Para eles as relações sociais produzem espaços, mas os espaços não produzem relações sociais. Isto é muito limitado. Por exemplo, estive agora numa conferência na Colômbia sobre desenvolvimento territorial e fiz a conferência de abertura falando sobre a tipologia de territórios. Depois que fiz a conferência, falaram sociólogos, historiadores, economistas franceses, colombianos, argentinos, mexicanos, mas nenhum deles me desafiou na definição de território que eu havia apresentado fazendo uma crítica do conceito de território somente como espaço de governança. Falei: "Esse conceito é o mais tradicional na Geografia. O território entendido somente como espaço da nação. E estamos falando aqui de uma conflitualidade territorial, principalmente aqui na Colômbia, e vocês

estão banalizando o conceito de território quando o compreendem apenas como área". Pude estabelecer um diálogo, foi uma experiência muito interessante. Havia representantes de diversos movimentos camponeses e ouvi um deles dizer a seguinte frase, comentando a minha fala: "É a primeira vez que ouço alguém falar de território como concebemos. Não queremos qualquer terra, queremos o nosso território". Também aprendi isso no Canadá e agora estou voltando lá convidado pelo National Family Farm Union, que é um movimento camponês filiado à Via Campesina. Estou indo para a Espanha fazer esse mesmo debate, discutir o território não somente como o espaço da nação, mas todos os outros territórios que são formados dentro desse território. Todos esses "outros territórios" estão disputando esse território da nação. Mas se eu ficar só nele, não dou resposta. Quando vejo antropólogos, sociólogos, economistas trabalhando com conceitos geográficos e utilizando-se do significado mais conservador desses conceitos, penso o quanto estamos perdendo, por não ter investido até hoje numa "filosofia geográfica", numa "epistemologia geográfica", que nos permitisse contribuir de forma mais efetiva, principalmente, a geografia crítica. No sentido de contribuir de forma mais efetiva e debater com essas pessoas. Quando as instituições governamentais, multilaterais, começam a discutir políticas territoriais, fico pensando o seguinte: espera um pouquinho, é uma manipulação da Geografia que estão fazendo quando não reconhecem os protagonistas, aqueles que produziram o território, quando não reconhecem as conflitualidades. As políticas territoriais tornam-se muito mais políticas de controle social do que de fato políticas de soberania, que irão promover de fato o desenvolvimento. Nesse sentido, Ana, penso que temos de acompanhar esse processo e dialogar com outras áreas do conhecimento e para isso temos de produzir uma "filosofia geográfica".

ACS – *Apesar de seu foco, com relação ao território, não querer ficar preso a uma concepção de território nacional, a impressão que temos, lendo os seus trabalhos, esse projeto amplo que persegue, é a de que faz uma "leitura" do território brasileiro, da sociedade brasileira por meio dos Movimentos Sociais. Não sei se você concorda com essa percepção.*

BMF – Essa percepção é correta. E fiquei me perguntando o seguinte: "Pode a geografia brasileira produzir teoria geográfica desde o campo e desde os movimentos camponeses?" "Ou isso só pode ser feito desde a cidade?" A maior parte dos principais teóricos, hoje, da Geografia, são os estudiosos do espaço urbano, são pessoas que estudam a cidade. Comecei a me desafiar e pensar: "Eu tenho um compromisso com a ciência geográfica e preciso produzir teoria desde o campo. Eu produzo teoria desde o território, não importa se esse território é urbano ou rural, mas posso produzir porque a realidade me permite".

ACS – *Bernardo, nesse processo quais são as influências que você identifica, além dos professores Milton Santos e Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], em sua trajetória?*

BMF – A influência do [Henri] Lefebvre, [Claude] Raffestin, Marcelo Lopes de Souza, Carlos Walter Porto Gonçalves, Manuel Correia de Andrade, da Maria Encarnação Beltrão Sposito, do Eliseu [Saverio Sposito], Antonio Thomaz Júnior, Cliff Welch, que é um historiador, mas que compartilhamos muito nossas ideias. Pessoas com as quais faço crítica e autocrítica o tempo todo, com as quais estou dialogando.

ACS – *Boa parte dessas pessoas que você mencionou, principalmente no caso brasileiro, com exceção do professor Manuel Correia de Andrade, tem a sua formação muito ligada a uma geografia produzida em São Paulo, no Rio [de Janeiro]. Você concordaria que há uma geografia "uspiana" e uma geografia "carioca"? Ou você acha que isso não está na "raiz" do pensamento geográfico brasileiro?*

BMF – Sim, há uma geografia "uspiana". Eu diria que hoje há uma geografia "paulista". Acho que a Unesp, de Presidente Prudente, participa dessa construção. É só ver os exemplos nas áreas de agrária, urbana, geomorfologia, regional, clima. Temos publicados vários livros. Criamos a *Coleção Geografia em Movimento* para divulgar nossa produção. Estamos muito presentes. Diria que nós temos hoje uma geografia "paulista" e uma geografia "carioca" que são referências. Ao mesmo tempo que reconheço uma geografia "paulista" e outra "carioca", reconheço também a disseminação da Geografia no Brasil. Entre 1934-1935 e 1980 eram predominantemente a USP [Universidade de São Paulo] e a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Carioca era a UFRJ e a paulista era a USP. Hoje temos a UFRJ e a Federal Fluminense [UFF] e a UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro]. E aqui temos a USP e a Unesp, de Presidente Prudente, e, evidentemente, também, a Unesp de Rio Claro e a Unicamp. Hoje temos uma geografia "paulista e uma carioca", mas elas estão no processo de disseminação como a própria democratização do ensino no Brasil. Temos cursos de doutorado e mestrado criados em todo o Brasil que estão transformando a construção do pensamento geográfico, diferenciando-o. Hoje temos uma geografia da Amazônia, do Cerrado, do Centro-Oeste. Se eu quiser estudar a geografia do Centro-Oeste não vou para São Paulo ou Rio de Janeiro, vou para Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Se eu quiser estudar uma geografia do Nordeste, é lá que vou encontrar a maior parte dos melhores pesquisadores sobre a região. Temos no Rio [de Janeiro] o Carlos Walter [1949-2023] e a Bertha Becker [1930-2013], que estudam "geografias" da Amazônia. Em São Paulo tem o Ariovaldo, mas vou compreender melhor essa "geografia da Amazônia" se eu conhecer os trabalhos dos geógrafos da Amazônia.

ACS – *Você vê que há diferenças bem acentuadas entre uma geografia "paulista" e uma geografia "carioca". Há também uma geografia plural, mas você identifica alguns traços, uma determinada forma de fazer Geografia. Quais seriam as especificidades?*

BMF – Vejo uma aproximação muito maior entre a geografia "uspiana" e "unespiana". Estou falando de Presidente Prudente. Mas há uma aproximação muito maior entre USP e Unesp do que UFRJ e UFF. Ou seja, a geografia produzida na UFRJ e na Federal

Fluminense tem uma diferença muito maior do que a geografia produzida na USP e aqui [referindo-se à Unesp em Presidente Prudente]. Estamos muito mais próximos do que o Rio [de Janeiro], onde há uma diferença mais explícita.

ACS – *Como você tem visto a atuação dos geógrafos hoje nas instituições? Se pensar, por exemplo, no Estado, nas diferentes escalas de atuação, em relação ao município, ao Estado, como unidade federativa, em relação à AGB [Associação dos Geógrafos Brasileiros], em relação aos Movimentos Sociais?*

BMF – Temos bons geógrafos atuando em instituições governamentais, mas são raros. A participação da AGB está num estado de precarização cada vez mais intensa. Quando fui presidente da AGB, nós não conseguimos provar para o Crea [Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura], para o Confea [Conselho Federal de Engenharia e Agronomia], que tínhamos 1% de nossos associados atuando como geógrafos credenciados aos Creas. Tínhamos, na época, algo em torno de 7 mil sócios e tínhamos de provar que havia 70 atuando como geógrafos credenciados. Evidente que temos muito mais. Mas não conseguimos provar isso, porque as seções locais não tinham esse registro. Temos centenas de geógrafos atuando, no Brasil, em instituições governamentais não como técnicos, como pessoas definidoras de políticas. A AGB, por ter assumido muito mais uma identidade de movimento social do que de instituição científica, vive esse dilema. A AGB vive essa crise, que faz com que não se encontre, nesse processo, uma representação profissional da Geografia e nem mesmo de construção de outro caminho de ação do profissional geógrafo. Essa é uma crise que está, no meu ponto de vista, afetando muito a própria Geografia. Aquelas pessoas que mais se dedicam à produção do conhecimento e à operacionalização desse conhecimento estão se distanciando. Estou falando isso porque entendo que a Geografia é também uma ciência aplicada. Por exemplo, quando criei o Nera e chamei-o de Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, a minha intencionalidade era a de trabalhar com pesquisas que levassem à elaboração de projetos territoriais. Quando fazemos estudos para o Incra [Instituto Nacional de Reforma Agrária], projetos de desenvolvimento dos assentamentos; quando trabalhamos com a estrutura fundiária do país, em escala nacional, criamos o Dataluta (Banco de Dados da Luta pela Terra) e o Rist (Relatório de Impactos Socioterritoriais), o nosso desafio é esse: "Construir o conhecimento para transformá-lo em projetos e políticas".

ACS – *Uma intervenção mais efetiva.*

BMF – De intervenção. Quero produzir teoria a partir da realidade para transformá-la.

ACS –*Você pensa que a crise que vivenciamos hoje tem a ver, em alguma medida, com o movimento de renovação da geografia brasileira, do final da década de [19]70? A impressão que temos é a de que – dentro das várias possibilidades de teorias e de métodos, do positivismo, da fenomenologia e do marxismo – alguns geógrafos optaram*

por uma reflexão mais vinculada ao espaço, outros pela história, alguns pelo marxismo como uma corrente norteadora não só da ação, mas da pesquisa também, e outros não. Como você se posicionou diante desse momento? Qual era a sua condição e a "leitura" que fazia nesse momento?

BMF – O primeiro evento de que participei foi o Congresso da AGB, em São Paulo, em 1984. Na abertura, fiquei fascinado com o debate entre Milton Santos e Ruy Moreira. Se me lembro bem, Milton propunha que o encontro da AGB, de 1988, abordasse o tema da libertação da escravidão. Parece-me que o Ruy era contra e propunha um tema voltado para a luta de classes. Milton Santos defendia um encontro sobre o negro, pelos 100 anos da abolição; Ruy Moreira defendia que "a questão não era o negro, era a luta de classes". Aquilo me fascinou, porque era um tema que interessava para discutir a questão da população negra, tanto quanto a luta de classes. Como aluno recém-chegado, não conseguia entender a diferença, só depois, com o tempo, é que fui compreendendo a diferença, trabalhando com a questão. Tenho coautoria em um artigo sobre esse tema. Procurei trabalhar no interior dessa diferença. Quando defendo as cotas para negros nas universidades e a luta de classes, estou defendendo que negro e luta de classes não se separam. Há negros em todas as classes, portanto, você não separa o negro e nem o branco de todas as classes. Mas há uma desigualdade no nosso país. A população negra é a mais atingida e essa desigualdade é de classe, portanto, não separo. Minha participação, a minha entrada na Geografia, vai se dar num primeiro momento de encantamento com essa descoberta desse debate crítico, da teoria crítica, do diálogo. Porque me lembro de alguns professores, principalmente os marxistas ortodoxos. Meu orientador é um marxista ortodoxo e, embora sendo ortodoxo, ele não impõe essa ortodoxia nas suas orientações. De maneira que procurei ser crítico ao marxismo. Nunca me rotulei como marxista. Mas algumas pessoas falam assim: "Mas você é marxista". Por exemplo, agora, na Colômbia, quando defendia a propriedade como território, alguém falou: "Mas como você vai relacionar território com luta de classes?" Falei: "Mas já relacionei. Considero os tipos de propriedade como o segundo território". Mas isso não quer dizer que sou marxista. E a pessoa me disse: "Você está sendo ideológico". Respondi: "Também tenho uma crítica ao conceito de ideologia de Marx, exatamente por entendê-la como falsa consciência". A ideologia nunca foi falsa consciência. Concordo com algumas coisas de Marx, discordo de outras coisas. Procuro construir meu pensamento a partir do diálogo crítico, especialmente da desconstrução, principalmente com o materialismo histórico dialético, participando da construção da geografia crítica, mas muito preocupado com os desafios colocados pela realidade. Quando penso na construção do conceito de "movimentos socioterritoriais", por exemplo, estou convencido disso, porque a realidade me convenceu que o conceito de movimento social não é suficiente, precisa de um nome mais completo. Algumas pessoas dizem: "Mas você está querendo vender um nome geográfico". Não, não estou querendo vender um nome geográfico, estou querendo ver sentido nas coisas. Estive agora nos Estados Unidos, fazendo trabalho de campo com um sociólogo da Universidade do Sul da Flórida, estudando o Farmworker Association of Florida, e falei: "Isso daqui é um movimento socioterritorial. Veja o que ele está indicando, onde e como existe". A discussão que faço, na tentativa de contribuir com

a construção do pensamento geográfico, da renovação da Geografia, é de que maneira posso construir um conhecimento geográfico desafiado pela realidade. A realidade, evidente, é também "geográfica", portanto, cabe uma "leitura geográfica". Essa leitura tem uma importância tão grande quando vou pensar o reordenamento territorial, o desenvolvimento econômico, o reconhecimento cultural. Você pode fazer isso pelos mais diferentes métodos científicos e todos têm uma importância, porque nenhum deles explica a totalidade dessa problemática, dessa questão. Portanto, nós, da Geografia, assim com os colegas da Sociologia, da Economia, cada um traz uma contribuição diferenciada, explicações e interpretações diferentes que ajudam muito na compreensão.

ACS – Nesse *sentido, talvez se possa afirmar que, mais recentemente, há pelo menos uns dez anos, uma das suas grandes contribuições são esses conceitos de "movimento socioterritorial" e "movimento socioespacial". Pelo menos a tentativa de formular.*

BMF – Acho que sim. Minha contribuição para a construção desses conceitos, para a discussão do conceito de território, está na compreensão do processo de territorialização e desterritorialização; na tentativa de construção de uma "geografia dos movimentos camponeses como movimentos socioterritoriais". Acho que é minha contribuição.**ACS** – *Quando você fala da realidade atual, como tem visto essa relação entre o território e a globalização? Como fica o território? Ele se fragmenta, se concentra? Como você está pensando não só nos territórios nacionais, mas também nesses "microterritórios" que são constituídos pelos movimentos sociais?*

BMF – Procuro entender todos os dias, porque o movimento da realidade traz sempre novas questões, qual a razão que levou o território a ser o conceito central hoje nas políticas de desenvolvimento. Por que é que o território ganhou esse *status*. Vejo duas explicações para isso. De um lado, o uso banal do conceito, principalmente pelas agências multilaterais e pelos governos. Poderíamos chamar de região, de espaço, mas chamam de território. E o uso do conceito de território pelos movimentos camponeses no sentido próprio do território, que é o sentido da soberania. O uso do conceito de território pelas instituições governamentais e multilaterais não está muito vinculado à ideia de soberania, mas à ideia de área econômica para expansão das políticas neoliberais. O território para eles é sinônimo de "espaço geográfico", somente, ou seja, é uma área, superfície, espaço onde se executa uma política para desenvolver o capitalismo. Para os movimentos populares, os movimentos camponeses, o conceito de território está vinculado à ideia de vida, propriedade para todos, nação, está vinculado à ideia de autonomia, hegemonia e resistência, soberania, poder. Não se encontra, nos documentos do Banco Mundial, dos ministérios governamentais de qualquer país, referência ao conceito de território como poder, referência à classe, à hegemonia. Não, evidente que eles têm tudo isso, por isso não discutem. É uma discussão dissimulada, é a do consenso para o consenso. Essas são duas características do uso do território, hoje, nesse mundo globalizado. O território utilizado como uma expressão banal, onde serviria qualquer conceito, e o território como uma expressão crítica, ou seja, é a questão da conquista, de se manter, existir, é a de defender o território. Vejo que esse debate está

muito presente hoje nesse mundo globalizado, pelo Fundo Monetário [Internacional, o FMI], o Banco Mundial, pela FAO [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura], a ONU [Organização das Nações Unidas], pelas empresas transnacionais, pelos governos de diferentes países.

ACS – *Diante disso, como você vê a questão da práxis e da utopia hoje?*

BMF – Vejo da seguinte forma: a utopia colocada como uma condição necessária de uma coisa que não há certeza se é realizável ou não. Embora você fale: "Ela é possível". Mas você não consegue explicar por que é possível. A Reforma Agrária é possível. Por que ela é possível? Observa a conjuntura política e fala: "Ela é possível?" A demarcação das terras indígenas é possível. Na utopia, vejo nesse sentido: há projetos, perspectivas, mas não há certeza da possibilidade. A utopia é um espaço a ser transformado em um território. Nem sempre é possível. Portanto, há possibilidades. Trabalho com o campesinato. Os camponeses são utópicos e transformadores. Transformaram-se no movimento global mais ativo. A utopia é uma perspectiva na qual não há certeza da possibilidade. A práxis está exatamente no ato de essa incerteza te levar para a frente. Você não para porque tem certeza; age porque tem incertezas. Acho que é interessante porque, há duas décadas, você agia pela certeza e, hoje, você age pela incerteza, na procura da construção de uma certeza.

ACS – *Bernardo, há geógrafos brasileiros que você considera relevantes ou destacaria nesse processo atual?*

BMF – Eu destacaria o Carlos Walter, com os camponeses amazônicos; o Marcelo Lopes de Souza, com os sem-teto; o Ariovaldo, com os camponeses do Brasil; a Arlete Moysés Rodrigues, com o movimento dos sem-teto também; o Thomaz [Antonio Thomaz Júnior], com os sindicatos de trabalhadores e agora com os movimentos camponeses; o [Manoel] Calaça, que é visto pela própria Via Campesina como um parceiro importante. Há um conjunto de geógrafos. Veja que estou destacando a importância dessas pessoas, exatamente por aquilo que preso muito: a produção de um conhecimento "voltado para a transformação da realidade". Mas não desprezo os intelectuais e pesquisadores que não atuam com organizações. Porque aquela pergunta inicial que você fez do Milton Santos, eu distinguiria: "Todo pesquisador é um intelectual, e todo intelectual é um pesquisador, mas nem todos são militantes". Existem alguns que ficam somente na academia produzindo conhecimento e não militam em movimentos sociais, mas militam em instituições governamentais ou empresas. Quero também diferenciar essa militância, porque é fundamental eu saber para que serve esse conhecimento geográfico. Se dou uma assessoria para a Companhia Vale do Rio Doce, é muito diferente de um geógrafo, hoje, que defende a transposição do Rio São Francisco. Isso vai modificar o território enormemente! É muito diferente um geógrafo que hoje assessora um Banco Mundial de um geógrafo que luta contra as políticas do Banco Mundial. Para prestar assessoria ou consultoria para uma empresa transnacional, do agronegócio, é preciso falar sua língua, entender

sua ideologia. Assim como dar consultoria ou assessoria a um movimento socioterritorial de luta pela agroecologia. São "territórios distintos" com modelos de desenvolvimentos completamente diferentes. É muito diferente a ação de um geógrafo que apoia o IIRSA [Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana], uma organização multilateral para fomentar a criação de infraestrutura para o desenvolvimento de políticas neoliberais na América Latina, de um geógrafo que contesta essa política de infraestrutura territorial baseada na defesa dos territórios dos povos indígenas e camponeses. Quero destacar essas pessoas porque vejo nelas um trabalho sério de ajuda ao desenvolvimento humano, são pessoas que estão preocupadas com os sujeitos. Estão preocupadas com a existência humana.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. M. Entrevista. A luta pela terra. *GeoUerj,* Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro: Uerj, n. 3, p. 121-131, jun. 1998.

FERNANDES, B. M. *MST:* formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, B. M. A questão agrária em sua nova configuração socioeconômica, política e territorial. *In*: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (org.). *Redescobrindo o Brasil*: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 223-231.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, M. *Luta pela terra*: reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. São Paulo: Campinas, SP: Unicamp, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. *O olho e o espírito*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 121-142.

SILVA, A. C. *Território e significações imaginárias no pensamento geográfico brasileiro.* Goiânia: Cegraf Editora da Universidade Federal de Goiás, 2013.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SOBRE AS AUTORAS

Entrevistado:

BERNARDO MANÇANO FERNANDES – Graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado) (1988), mestrado em Geografia (1994) doutorado em Geografia (1999) pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin American and Caribbean – University of South Florida (2008) Professor Livre-Docente pela UNESP (2013). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente. Professor do Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL – do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI/UNESP, campus de São Paulo. Foi professor visitante na Universidade de São Paulo – USP Leste, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal da Paraíba, Universidad Andina Simón Bolivar (Equador), Universidad Nacional de Córdoba, Universidad Nacional de La Plata (Argentina), Universidade Nacional de Santiago del Estero, Universidad de La República (Uruguai), Universidad Academia de Humanismo Cristiano (Chile), Universidad de Caldas (Colômbia), Stanford University (EUA), International Institute of Social Studies (HOL), da School of Geography and Planning – Cardiff University (UK) e University of Oregon (EUA). Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, onde preside a coleção Vozes do Campo e a coleção Estudos Camponeses e Mudança Agrária, publicados pela Editora da Unesp. Coordendador da Coleção En Movimiento – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Parecerista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), SciELO – Scientific Electronic Library Online e dos seguintes periódicos: Human Geography (EUA), Jornal of Peasants Studies (Holanda), Revista Terra Livre, Revista NERA (Brasil), Cómo Pensar la Geografía (México). Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária (Nera) e da REDE DATALUTA. Membro do Conselho Pedagógico Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Autor de ?A formação do MST no Brasil? e em coautoria com João Pedro Stedile do livro ?Brava Gente?. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe, pesquisando os seguintes temas: teorias dos territórios, paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, reforma agrária, desenvolvimento territorial, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina.

Entrevistadora:

ANA CRISTINA DA SILVA – Graduada em Geografia (1991) e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1997). Doutora em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente (2010), com Pós Doutorado pela UNESP de Rio Claro (2020). Professora efetiva da Universidade Federal de Goiás desde 1994, no Instituto de Estudos

Socioambientais (IESA). Foi orientadora credenciada no PPGEO-IESA de 2012 a 2019. Atualmente é credenciada como professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí e credenciada como co-orientadora na Universidade de Brasília. Tem experiência nas áreas de Ensino de Geografia, Geografia Humana, com ênfase em Epistemologia da Geografia, História da Geografia, História do Pensamento Geográfico, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria e metodologia da Geografia, História do Pensamento Geográfico, Território e Imaginário, História da Geografia, Teoria social e Geografia Humana. Atualmente é filiada à ANPUH-GO, membro do GT de História da Ciência e da Tecnologia. Membro do Grupo de Estudos em Epistemologia e História Comparada das Ciências Humanas (EPISTASTHAI), da Universidade Federal Fluminense (UFF).da Rede Entremeio de pesquisa em Geografia, Turismo e Literatura.